



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2025.

1) A COMPANHIA

A SMTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 99,99% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A outorga de concessão do segmento de transmissão no Brasil é originada por meio de licitações públicas promovidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Como resultado deste leilão a concessionária terá direito ao recebimento de uma Receita Anual Permitida (RAP) que tem início após o término da construção e perdura até o final do período de concessão (30 anos). O setor está inserido em um marco regulatório estruturado e consolidado, que assegura às concessionárias mecanismos de reajustes e revisões periódicas da RAP, conduzidos pela própria ANEEL, garantindo previsibilidade e estabilidade de receitas. O segmento de transmissão apresenta baixo risco e eventuais incertezas no setor elétrico brasileiro, como condições macroeconômicas ou ajustes regulatórios, não afetam de forma relevante a previsibilidade da geração de caixa do segmento de transmissão, considerando suas características contratuais e regulatórias.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	680
Extensão em kV:	500
Subestações próprias:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.481 publicada em 15 de julho de 2025 estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2025/2026, com acréscimo na RAP de R\$18.516.007, vide nota explicativa 1.2. Em 09 de julho de 2024, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.343, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 23,83%. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2025 e 2024 são:

	2025	2024
Liquidez geral	3,44	3,62
Liquidez corrente	4,41	5,26
Relação patrimônio líquido/ativo	70,92%	72,34%
Relação passivo não circulante/Ativo	23,80%	22,75%
Rentabilidade do patrimônio líquido	12,56%	10,04%
Relação lucro operacional/Patr. líquido	18,16%	14,19%
Ativos totais - R\$	653.205.746	693.817.995
Lucro líquido do exercício - R\$	58.195.874	50.384.766

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, a Companhia vem implementando melhorias contínuas e segue evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estão sendo integrados, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração

e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) e Conselho Fiscal (CF). **4.1 Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da Companhia. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. Atualmente é composto por quatro (4) membros, nomeados pelos acionistas para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial do Grupo SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da Companhia e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **4.2 Diretoria Executiva:** A Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) é o principal órgão de gestão executiva da Companhia. Atualmente é composto por oito (8) membros, nomeados pelo BoD para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O BoE também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades está a definição do planejamento estratégico da Companhia, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3 Conselho Fiscal (CF):** Na Companhia, o Conselho Fiscal (CF) é de funcionamento não permanente, podendo ser instalado mediante solicitação da acionista, na forma prevista na legislação aplicável.

5) GESTÃO DE RISCOS

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Disparamos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e o Grupo SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa ("Top Risks") e seus respectivos projetos, além de desenvolver o ambiente de controles internos dos riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam suas decisões e o relacionamento com stakeholders. O Grupo SGBH atua de forma a assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta Empresarial traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código

apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com avaliação de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem no Grupo SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As comunicações recebidas são analisadas e tratadas conforme procedimentos internos, sob a coordenação da área de Compliance e Privacidade, sendo os resultados das apurações submetidos à apreciação do Comitê de Compliance & Ética, responsável por deliberar sobre as conclusões e recomendar as medidas cabíveis, quando aplicável. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos fazem parte do processo de admissão de novos funcionários e foi lançado um curso de Reciclagem em Compliance, de realização anual, com o objetivo de reforçar periodicamente os conteúdos, atualizar diretrizes e fortalecer a cultura de integridade na Companhia. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2025, não foram identificados casos de corrupção relacionados ao Grupo SGBH, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2025, o Grupo SGBH investiu em iniciativas de educação ambiental e comunicação com comunidades, além do monitoramento de áreas ambientalmente relevantes. Nossas ações são orientadas pelos órgãos ambientais competentes do licenciamento ambiental de cada projeto, com o objetivo de evitar, mitigar e compensar possíveis efeitos negativos sobre o meio ambiente e as populações locais, bem como potencializar os efeitos positivos. As condicionantes incluem o monitoramento ambiental dos ativos, monitoramento de fauna e flora, ocorrência de processos erosivos e ações de conscientização, além do reflorestamento e a gestão de resíduos e efluentes.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2025, o Grupo contou com a Ernst Young Auditores Independentes S/S Ltda. como auditor independente exclusivo. O contrato com a Ernst Young Auditores Independentes S/S Ltda. foi assinado em 5 de dezembro de 2025, com vigência efetiva abrangendo dois ciclos, correspondentes aos exercícios de 2025 e 2026. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

	2025
Auditor Independente	66.654
Ernst Young Auditores Independentes S/S Ltda.	66.654

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção		38.428.497	36.724.769
Remuneração do ativo contratual		83.081.648	80.658.199
Receita de construção		2.149.631	43.286.794
Outras receitas		47.603.383	44.208.584
Deduções da receita operacional		(55.812.746)	(51.972.603)
Receita operacional líquida	17	115.540.413	152.905.743
Custo de construção		(2.094.017)	(40.786.129)
Custo de operação e manutenção		(27.027.637)	(38.817.666)
Custo de construção e operação	18	(29.121.654)	(79.603.795)
Lucro bruto		86.328.759	73.301.948
Despesas gerais e administrativas		19 (7.358.398)	(6.318.956)
Provisão para perda de crédito esperada		8 (1.849.973)	(3.438.110)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		20 6.982.327	7.656.992
Lucro antes do resultado financeiro		84.102.715	71.201.874
Resultado financeiro	21	4.015.484	4.782.291
Receita financeira		4.468.931	5.080.195
Despesa financeira		(453.447)	(297.904)
Resultado antes dos impostos		88.118.199	75.984.165
IRPJ e CSLL correntes		22 (24.275.570)	(16.724.739)
IRPJ e CSLL diferidos		22 (5.646.755)	(8.874.660)
Lucro líquido do exercício		58.195.874	50.384.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	58.195.874	50.384.766
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	58.195.874	50.384.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		88.118.199	75.984.165
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Remuneração do ativo de contrato		9 (83.081.648)	(80.658.199)
Receita de operação e manutenção		9 (38.428.497)	(36.724.769)
Receita de construção		9 (2.094.017)	(40.786.129)
Margem de construção		9 (55.614)	(2.500.665)
Depreciação e amortização		788.614	988.808
Baixa de imobilizado e intangível		103.500	136.877
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(934.229)	(282.547)
Outros impostos diferidos		(290.107)	4.961.998
Provisão para perda de crédito esperada		8 1.849.973	3.438.110
Provisão (reversão) para contingência		14 -	(403.086)
Provisão (reversão) para compensação ambiental		71.188	(460.269)
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias		(5.721.459)	(2.186.928)
Contas a receber - partes relacionadas		601.597	(869.499)
Ativo de contrato		9 126.796.068	107.814.634
Almoxarifado		(286.237)	(563.470)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(603.901)	(4.655.056)
Outros impostos a recuperar		850.399	(100.699)
Adiantamentos a fornecedores		(111.717)	(6.230)
Outros ativos		6.652.378	548.801
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores - terceiros		(5.177.796)	(4.537.494)
Fornecedores - partes relacionadas		(749.094)	(215.295)
Provisão para contingência reembolsáveis		14 (5.916.479)	-
Outras provisões - compensação ambiental		(1.863.524)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(711.789)	2.543.435
Outros impostos a pagar		115.775	(1.236.609)
Taxas regulamentares		(316.023)	(519.402)
Obrigações sociais e trabalhistas		(582.252)	(229.054)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		79.023.308	19.481.428
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.514.430)	(25.033.401)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		62.508.878	(5.551.973)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(237.322)	(534.548)
Aplicação de títulos e valores mobiliários		-	(30.000.000)
Resgate títulos e valores mobiliários		31.216.776	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de investimento		30.979.454	(30.534.548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		16.d (96.796.419)	(911.211)
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de financiamento		(96.796.419)	(911.211)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(3.308.087)	(36.997.732)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.912.279	57.910.011
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		17.604.192	20.912.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.604.192	20.912.279	Fornecedores - terceiros	10	5.223.042	10.400.838
Títulos e valores mobiliários	7	-	30.282.547	Fornecedores - partes relacionadas	23.2	1.405.295	2.153.887
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	8	19.872.945	16.001.459	Obrigações sociais e trabalhistas	11	5.795.161	6.377.413
Contas a receber - partes relacionadas	23.1	4.883.475	5.484.571	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	16.247.167	9.197.814
Almoxarifado		4.820.672	4.534.435	Outros impostos a pagar	12	3.090.421	2.974.646
Adiantamento a fornecedores		809.345	697.628	Taxas regulamentares	13	2.188.571	2.504.594
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8.001.440	7.397.539	Dividendos propostos	16.d/23.2	552.861	478.655
Outros impostos a recuperar		1.624.013	2.474.412	Total do passivo circulante		34.502.518	34.087.847
Ativos de contrato	9	92.534.583	88.771.616	Passivo não circulante			
Outros ativos circulantes		2.047.075	2.668.006	Outras provisões - compensação ambiental		639.300	2.431.636
Total ativo circulante		152.197.740	179.224.492	Provisão para contingências	14	2.211.434	8.127.914
Ativo não circulante				Impostos diferidos	15	152.630.262	147.273.616
Realizável a longo prazo	9	497.916.852	504.816.111	Total do passivo não circulante		155.480.996	157.833.166
Ativos de contrato		1.594.747	7.626.193	Patrimônio líquido			
Outros ativos não circulantes		499.511.599	512.442.304	Capital social	16		
Total realizável a longo prazo		499.511.599	512.442.304	16.a	355.358.824	355.358.824	
Imobilizado		797.830	1.067.205	16.b	11.851.147	8.941.353	
Intangível		698.577	1.083.994	16.c	96.012.261	137.596.805	
Total		1.496.407	2.151.199	Total do patrimônio líquido		463.222.232	501.896.982
Total do ativo não circulante		501.008.006	514.593.503	Total do passivo e do patrimônio líquido		653.205.746	693.817.995
Total do ativo		653.205.746	693.817.995				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	355.358.824	6.422.113	91.121.145	-	452.902.082
Lucro líquido do exercício	-	-	-	50.384.766	50.384.766
Constituição de reserva legal (nota explicativa 16.b/d)	-	2.519.240	-	(2.519.240)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 16.c)	-	-	47.386.871	(47.386.871)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16.d)	-	-	(911.211)		



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

T2022-078 - Reforço na SE Paracatu 4 - instalação do 3º TR 500/138 kV, 3x100 MVA, conexões, e IB 500kV. Este reforço entrou em operação plena em julho de 2024, obtendo o termo de liberação definitiva do ONS em 16 de julho. O valor da RAP definido na resolução é de R\$ 10.600.997. Conforme parecer de acesso ONS DTA-2021-PA-0085-R0 de junho de 2021 que trata especificamente da solicitação da CEMIG-D, na qualidade de concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme contrato de concessão, para fins de conexão de um módulo de entrada de linha no setor de 138 kV da SE Paracatu 4 500/138 kV - 2 x (3x100) MVA, em agosto/2024. O Termo de Liberação da Receita foi emitido em setembro de 2024. A RAP estimada do projeto é de R\$ 980.000. Conforme parecer de acesso Parecer de Acesso ONS DTA-2023-PA-0109-R0 de maio de 2023 que trata especificamente da solicitação da CEMIG-D para conexão de um módulo de entrada de linha no setor de 138 kV da SE Paracatu 4 500/138 kV - 2 x 300 MVA, em setembro/2025. A conexão da CEMIG-D no sistema de transmissão será feita por meio de um módulo de entrada de linha - EL no setor de 138 kV da SE Paracatu 4 500/138 kV - 2 x 300 MVA, subestação outorgada à Serra da Mesa Transmissora de Energia S/A - SMTE, cujo barramento de 138 kV é classificado como Demais Instalações da Transmissão - DIT, a conclusão do projeto está prevista para dezembro de 2025. A RAP estimada do projeto é de R\$ 1.002.000 por ano. **1.4 Revisão Tarifária Periódica:** Em 9 de julho de 2024, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.343/2024, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 23,83%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica - RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão - RPEEC. A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **4.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais a margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado

dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência, que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO VIGENTES

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **(a) CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **(c) Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas ou alteradas, requeridas a partir de 2026, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras que serão: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	123.167	37.645
Aplicações financeiras (i)	17.481.025	20.874.634
Total	17.604.192	20.912.279

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa média de 101,09% do CDI no exercício de 2025 e 101,78% do CDI no exercício de 2024. A variação decorre, principalmente, do maior volume de desembolsos em relação aos recebimentos no exercício, com destaque para o pagamento de dividendos, que demandou o resgate de aplicações financeiras. **6.1 Política contábil:** Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação Banco BTG - CDB (i)	-	30.282.547
Total	-	30.282.547

(i) A variação decorre, principalmente, do maior volume de desembolsos em relação aos recebimentos no exercício, com destaque para o pagamento de dividendos, o que resultou na necessidade de utilização dos recursos disponíveis e consequente redução dos investimentos. A empresa obteve uma remuneração média de 101,50% do CDI em 2024. **7.1 Política contábil:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da companhia, conforme previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais instrumentos foram contratados para gestão de disponibilidade de caixa, sendo estes aplicados em títulos com vencimentos de curto prazo.

8. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	19.111.545	13.544.214
Vencidas até 30 dias	11.934	274.028
Vencidas até 60 dias	8.468	298.906
Vencidas até 90 dias	187.830	250.768
Vencidas até 180 dias	733.975	487.513
Vencidas até 360 dias	494.743	933.918
Vencidas há mais de 360 dias	5.592.991	4.630.680
Total (i)	26.141.486	20.420.027
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(6.268.541)	(4.418.568)
Total Contas a receber - Concessionárias e permissonárias	19.872.945	16.001.459

(i) As provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Grupo Quintararé, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia, que no encerramento de 2024 eram parcialmente classificadas como vencidos até 360 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2025, antigos e novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Aurora, BRENTTECH, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto, UFV Tableiro e Norte Energia. ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Aurora, BRENTTECH, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto e UFV Tableiro. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constituiu ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constituiu a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(4.418.568)	(980.458)
Reversão de provisão	5.575	24.411
Complemento de provisão	(1.855.548)	(3.462.521)
Saldo final	(6.268.541)	(4.418.568)

8.1 Política contábil: Destinam-se à contabilização de créditos referentes a construção e operação da linha de transmissão de energia faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construir e operar a linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	92.534.583	88.771.611
Não circulante	497.916.852	504.816.116
Total	590.451.435	593.587.727

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim apresentada:

	593.587.727
Saldo em 31 de dezembro de 2024	593.587.727
Receita de construção (i)	2.094.017
Margem de construção (ii)	55.614
Receita de O&M (iii)	38.428.497
Receita de remuneração (iv)	83.081.648
Recebimentos (v)	(126.796.068)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	590.451.435
Circulante	92.534.583
Não circulante	497.916.852
Saldo em 31 de dezembro de 2023	540.732.599
Receita de construção (i)	40.786.129
Margem de construção (ii)	2.500.665
Receita de O&M (iii)	36.724.769
Receita de remuneração (iv)	80.658.199
Recebimentos (v)	(107.026.538)
Adiantamentos de projetos (vi)	(788.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	593.587.727
Circulante	88.771.611
Não circulante	504.816.116

(i) Movimentação refere-se aos investimentos com os projetos de reforço na Subestação Paracatu 4 500/138 kV: REA nº 1266/2022 (Instalação do 3º Banco de Transformadores 500/138 kV, 3x100 MVA e conexões) e PA 0085/2021 (conexão de 01 (um) módulo de entrada de linha no setor de 138 kV - 2 x (3x100) MVA) que foram concluídos em 2024 e PA 0109/2023 (conexão de 01 (um) módulo de entrada de linha no setor de 138 kV - 2 x 300 MVA) concluído em 2025 mas teve maior parte dos custos desembolsados em 2024. (ii) A margem de construção da Companhia foi calculada com base nas condições iniciais de planejamento e execução dos investimentos necessários para o cumprimento das obrigações de performance na data de adoção do modelo de IFRS 15. Esta margem representa os ganhos de eficiência deste planejamento e que são plenamente remunerados pela RAP projetada no modelo e retornam saldo zero ao fim da projeção; (iii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iv) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2025 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual; (v) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador; (vi) Saldo refere-se à quitação dos adiantamentos dos projetos. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **9.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Conforme mencionado na política da nota de almoxarifado, os itens que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato, são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

10. FORNECEDORES - TERCEIROS

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para encerramento de obra	146.338	248.295
Fornecedores relacionados à construção (i)	3.972.734	9.501.113
Fornecedores de imobilizado - operação (ii)	566.220	-
Gastos ambientais e fundiários	112.456	212.719
Prestadores de serviços	340.386	214.330
Outros	84.908	224.381
Total	5.223.042	10.400.838

(i) A redução é decorrente da quitação dos montantes em aberto associados ao processo de reforço - SMTE (RA12266/22) SE PR4 TR. (ii) Provisão referente a aquisição de plataforma elevatória móvel de trabalho.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	2.166.620	2.396.731
Provisão de bônus (i)	3.185.845	3.471.202
IRRF funcionários	442.345	509.080
Outros	351	400
Total	5.795.161	6.377.413

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a pagar	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ (i)	12.266.570	6.979.900
CSLL (i)	3.980.597	2.217.914
Total	16.247.167	9.197.814

Outros impostos a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS	287.942	248.875
COFINS	1.328.911	1.160.950
INSS	717.445	798.784
Imposto de renda retido na fonte	65.277	58.056
ISS	128.309	104.416
FGTS	161.757	134.881
Outros	400.780	468.684
Total	3.090.421	2.974.646

(i) Variação referente a redução do custo de construção referente ao projeto de reforço na SE Paracatu 4 - instalação do 3º TR 500/138 kV, 3x100 MVA, conexões, e IB 500kV que entrou em operação plena em julho de 2024, projeto de reforço para fins de conexão de um módulo de entrada de linha no setor de 138 kV da SE Paracatu 4 500/138 kV - 2 x (3x100) MVA, em agosto/2024 e projeto de reforço para conexão de um módulo de entrada de linha no setor de 138 kV da SE Paracatu 4 500/138 kV - 2 x 300 MVA, em setembro/2025. Para maiores detalhes vide nota 1.3.

13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	327.357	227.841
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	44.027	32.374
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	1.795.387	2.272.959
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - a pagar (ii)	21.800	21.420
Total	2.188.571	2.504.594

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 8 de agosto de 2025,

continua ★





SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

através do Despacho nº 2.397/2025 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2025 a junho de 2026 de R\$ 327.357. (ii) **CDE:** Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE até 31 de dezembro de 2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01 de janeiro de 2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&D. (iii) **TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 17 de julho de 2025, através do Despacho nº 2.159 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2025 a junho de 2026 de R\$ 528.318. (iv) **P&D:** Conforme a Resolução ANEEL 929/2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia constitui provisões para riscos ambientais e fundiários em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Fiscais	-	6.311.815
Ambientais	2.106.910	1.405.190
Servidões	104.525	410.909
Total	2.211.435	8.127.914

A variação de valores entre anos decorre do encerramento da execução fiscal nº 0137160-10.2014.4.02.5101 em julho/2025, em decorrência do pagamento integral da condenação pelos *sellers*, no valor de R\$ 6.311.815 e da alteração do prognóstico de processos cíveis, classificados como "provável" em 31/12/2025. Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Fiscais	Ambientais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.311.815	1.405.190	410.909	8.127.914
Reversões	(6.311.815)	-	(308.837)	(6.620.652)
Atualizações monetárias	-	701.720	2.453	704.173
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	2.106.910	104.525	2.211.435

	Fiscais	Ambientais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.311.815	1.815.858	403.327	8.531.000
Adições	-	850.549	-	850.549
Reversões	-	(1.261.217)	-	(1.261.217)
Atualizações monetárias	-	-	7.582	7.582
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.311.815	1.405.190	410.909	8.127.914

Os quadros a seguir detalham as principais causas de naturezas ambientais e servidões cujas expectativas de perdas estão classificadas como provável.

Descrição dos processos de natureza ambientais

	2025	2024
Número do Processo: 02001.008344/2012-24	2.106.910	1.405.190
Autor: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis		

1) Auto de Infração nº 695.188-D, lavrado em razão do descumprimento dos itens 01, 03, 05, 07 e 08 da condicionante específica 2.3 estabelecida na Retificação da Licença de Operação nº 726/2008, relativa ao empreendimento LT Serra da Mesa II - Luziânia.

Situação atual: Foi proferida decisão administrativa negando o recurso da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. e mantendo a multa de R\$ 900.000, agravada por reincidência. No momento, estamos aguardando as intimações das partes.

Movimentação do período: A variação apresentada entre os anos decorre da atualização monetária do valor do risco.

Descrição dos processos de natureza de servidões

	2025	2024
Número do Processo: 0287097-91.2007.8.09.0128	93.910	402.796
Autor: Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.		

1) Processo Fundiário de constituição de servidão administrativa **Situação atual:** Ação de constituição de servidão ajuizada em face de Mina Empreendimentos Imobiliários, cuja sentença julgou parcialmente procedente os pedidos, acolhendo a impugnação da requerida para fixar a indenização de acordo com o laudo pericial. Atualmente, aguardando a manifestação do novo perito para apresentar o laudo pericial. Processo sob a responsabilidade dos *Sellers*.

Movimentação do período: A variação apresentada no período decorre do levantamento dos valores depositados a títulos de indenização.

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, ambientais, cíveis, fiscais e servidões, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ambiental (i)	4.562.783	4.017.964
Cível (ii)	2.097.214	1.204.704
Fiscal (iii)	194.919	190.422
Servidões (iv)	9.531	6.889
Trabalhista (v)	265.816	-
Total	7.130.263	5.419.579

(i) **Processos ambientais:** Refere-se ao processo administrativo 02553.000174_2021-84 no valor de R\$ 4.017.964 em 31/12/2024 e de R\$ 4.564.782 em 31/12/2025, em que discute-se o Auto de Infração (AF) que foi lavrado em 03/08/2021 em face da SMTE pelo IBAMA via Unidade Técnica de Uberlândia/MG, em razão de suposto descumprimento dos itens 2.3 e 2.4 da LO Retificada 726/2008. A movimentação é decorrente da atualização monetária dos processos. (ii) **Processos cíveis:** Refere-se ao processo 0154701-57.2013.8.19.0001, movido pela Nativa que pretende obter declaração de validade e eficácia do contrato celebrado para execução das obras no trecho LT 500KV Paracatu/MG, cujo risco é no valor de R\$ 900.000, em 31/12/2024 e de R\$ 177.664 em 31/12/2025. A movimentação é decorrente da atualização monetária dos processos. Processo sob a responsabilidade dos *sellers*. (iii) **Processos fiscais:** A variação apresentada decorre do encerramento da execução fiscal 5032779-82.2023.8.09.0100, com o pagamento integral do débito no valor de R\$ 179.741,43 pelos *Sellers*, em dezembro/2025. (iv) **Processos fundiários:** A variação de valores decorre da atualização monetária, envolvendo o risco da ação de instituição de servidão ajuizada em face Hilton Rodrigues Vieira. (v) **Processos trabalhistas:** A variação de valores decorre do ajuizamento da ação trabalhista nº 000692-27.2025.5.18.0121, em agosto/2025, por ex empregado que laborou na função de operador de instalação na SE Rio das Eguas/GO em face da SGBH e da SMTE. **14.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
IR e CSLL diferidos - Ativo	(4.351.948)	-
IR Diferido (diferenças temporárias)	(3.199.962)	-
CSLL Diferida (diferenças temporárias)	(1.151.986)	-
IR e CSLL diferidos - Passivo	102.365.453	92.366.750
IR Diferido	75.268.715	67.916.728
CSLL Diferida	27.096.738	24.450.022
Outros impostos diferidos - Passivo	54.616.757	54.906.866
Outros impostos diferidos (i)	54.616.757	54.906.866
Total Impostos diferidos	152.630.262	147.273.616

(i) Em decorrência da Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2024, que passa a vigorar em fase de transição em 1º de janeiro 2026, com implantação gradual até 2033. A partir de 1º de janeiro de 2027, os

tributos PIS e COFINS, serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), tributo não cumulativo e de base ampla. Até que a legislação pertinente defina a alíquota efetiva da CBS, a Administração avaliou o tema e optou por manter os saldos desses tributos, classificados como "Outros tributos diferidos" e apresentados no passivo de longo prazo nessas demonstrações financeiras. Os ajustes necessários serão realizados após definição normativa da CBS, assegurando que os efeitos sejam refletidos de forma adequada no modelo contábil do ativo contratual. Adicionalmente, a Administração está avaliando os impactos sobre o gross up da receita conforme CPC 47 bem como potenciais reflexos sobre o fluxo de recebimento do ativo contratual.

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	147.273.616
Efeitos reconhecidos no resultado (outros impostos diferidos)	-	(290.107)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(4.351.948)	9.998.703
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(4.351.948)	156.982.212
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	133.436.958
Efeitos reconhecidos no resultado (outros impostos diferidos)	-	4.961.998
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	-	8.874.660
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	147.273.616

15.1 Política contábil: Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICP 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCP 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social suscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 355.358.824, representado por 355.358.824, ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2025/2024	100%
State Grid Brazil Holding S.A.	100%	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 96.012.261 e R\$ 137.596.805, respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.), o saldo das reservas de lucros não poderá exceder o capital social. Atíngido esse limite, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social, ou ainda na distribuição de dividendos. Nesse contexto, caso esse limite venha a ser atingido, a Administração avaliará as alternativas previstas na legislação e adotará as medidas cabíveis para destinação do eventual excesso, em conformidade com a Lei das S.A. Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia não apresenta excesso de reservas de lucros em relação ao capital social. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	58.195.874	50.384.766
Reserva legal (5%)	(2.909.794)	(2.519.238)
Base de cálculo para os dividendos	55.286.080	47.865.528
Dividendos mínimos obrigatórios	552.861	478.655

Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários, que foram pagos ao longo de 2025 e 2024 conforme demonstrado abaixo:

	Dividendos pagos em 2025	Dividendos pagos em 2024
Órgão aprovador	Data	Data
AGO	04/04/2025	-
AGOE	15/04/2024	96.796.419
Total	96.796.419	911.211

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	171.263.159	204.878.347
Receita de construção (i)	2.149.631	43.286.794
Receita de operação e manutenção (ii)	38.428.497	36.724.769
Remuneração dos ativos de contrato (iii)	83.081.648	80.658.199
Outras receitas (iv)	47.603.383	44.208.583
Deduções da receita operacional	(55.812.746)	(51.972.604)
PIS e COFINS correntes	(16.193.056)	(13.987.291)
Outros Impostos (diferidos) (v)	290.107	(4.961.998)
RGR (Reserva Global de Reversão)	(3.490.744)	(3.841.739)
P&D (Pesquisa e Desenvolvimento)	(1.184.562)	(1.036.544)
CDE (Conta de Desenvolvimento Energético)	(28.191.258)	(22.676.966)
TFSEE (Taxa de Fiscalização)	(458.404)	(376.208)
Proinfa (Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica)	(6.584.829)	(5.091.858)
Receita Operacional Líquida	115.450.413	152.905.743

(i) Movimentação refere-se aos investimentos com os projetos de reforço na Subestação Paracatu 4 500/138 kV: REA nº 1266/2022 (Instalação do 3º Banco de Transformadores 500/138 kV, 3x100 MVA e conexões) e PA 0085/2021 (conexão de 01 (um) módulo de entrada de linha no setor de 138 kV - 2 x (3x100) MVA) que foram concluídos em 2024 e PA 0109/2023 (conexão de 01 (um) módulo de entrada de linha no setor de 138 kV - 2 x 300 MVA) concluído em 2025 mas teve maior parte dos custos desembolsados em 2024. (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (iii) Aumento devido a variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração; (iv) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL; (v) PIS e COFINS diferidos são calculados mensalmente com base no saldo de ativo contratual. O saldo de ativo de contrato dos doze meses de 2025 foi menor do que os doze meses de 2024, o que justificou a variação no resultado. **17.1 Política contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os custos são incorridos e acrescidos da margem de construção calculada com base nas melhores estimativas da Companhia ao desenvolver o modelo inicial de Ativo Contratual. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A margem de construção é calculada como o valor que zera o ativo contratual ao final da concessão. **(b) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **(c) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada

na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **(d) Outras receitas** - A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual e também pelos efeitos da revisão tarifária periódica, visto que estes são reconhecidos através da linha de recebimentos do fluxo ao serem confrontadas com a RAP da adoção. **Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

18. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de construção (i)	(2.094.017)	(40.786.129)
Equipamentos	-	(17.889.495)
Serviços de terceiros	(2.094.017)	(22.896.634)
Custo de Operação e manutenção	(27.027.637)	(38.817.666)
Pessoal	(12.159.002)	(13.051.102)
Material	(1.814.247)	(1.239.772)
Serviços de terceiros	(2.205.509)	(2.108.254)
Arrendamentos e alugueis	(792.546)	(269.622)
Seguros	(570.360)	(606.888)
Tributos	(22.300)	(19.940)
Custo de operação e manutenção (ii)	(7.727.249)	(19.694.493)
Gastos diversos	(1.736.424)	(1.827.595)
Total	(29.121.654)	(79.603.795)

(i) Movimentação refere-se aos investimentos com os projetos de reforço na Subestação Paracatu 4 500/138 kV: REA nº 1266/2022 (Instalação do 3º Banco de Transformadores 500/138 kV, 3x100 MVA e conexões) e PA 0085/2021 (conexão de 01 (um) módulo de entrada de linha no setor de 138 kV - 2 x (3x100) MVA) que foram concluídos em 2024 e PA 0109/2023 (conexão de 01 (um) módulo de entrada de linha no setor de 138 kV - 2 x 300 MVA) concluído em 2025 mas teve maior parte dos custos desembolsados em 2024. (ii) Variação refere-se a gastos com projetos de melhoria realizados em 2024: aquisição e instalação do novo Sistema Especial de Proteção original implantado na Interligação N-SE e retrofit no sistema SPCS do banco de capacitores serie (500 kV - 253 MVAR - 60 Hz) na SE Serra da Mesa 2.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal (i)	(3.669.775)	(3.199.778)
Administradores (i)	(927.992)	(706.824)
Serviços de terceiros	(713.331)	(615.451)
Provisão	(70.000)	(127.963)
Gastos com locomoção	(231.028)	(209.093)
Outras	(1.746.272)	(1.459.847)
Total	(7.358.398)	(6.318.956)

(i) Variação refere-se, substancialmente, a desligamentos ocorridos ao longo do exercício, incluindo a rescisão contratual de colaboradores e de pessoal-chave da Administração que resultaram no reconhecimento de verbas rescisórias e encargos correspondentes.

20. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes às atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

	31/12/2025	31/12/2024
Rendas da prestação de serviços (i)	12.543.881	14.240.488
Outras receitas	144.482	-
Tributos sobre a receita	(1.601.687)	(1.864.373)
Pessoal	(2.283.963)	(2.



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)**

23.3 Resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado - partes relacionadas	14.483.118	14.768.781
Rateio Res. 948/21 - ANEEL (i)	14.313.587	14.603.605
Aluguel (iii)	(199.796)	(187.200)
Receita de CCI e CPSOM - Paranaíba	126.078	120.154
Receita de CCI e CPSOM - Luziânia	243.249	232.222
Valor total da remuneração (1.293.680) (1.281.031)		

(i) Em setembro de 2017, o Grupo celebrou o 1º contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas com o objetivo de racionalizar e simplificar a estrutura administrativa entre as empresas do grupo, bem como cumprir o regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016, posteriormente substituída pela Resolução Normativa nº 948 em 16 de novembro de 2021. As despesas relacionadas aos recursos humanos compartilhados, assim como a infraestrutura associada, são alocadas proporcionalmente entre as companhias participantes, de acordo com o critério regulatório de rateio estabelecido em contrato, mediante emissão de notas de débito trimestrais entre as companhias envolvidas. Em junho de 2025, por meio do Despacho nº 1.718, a ANEEL autorizou a inclusão da empresa STE no cálculo do rateio da Regional Centro por meio do 4º contrato de compartilhamento de infraestrutura administrativa e de recursos humanos. (ii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto à SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. **23.4 Remuneração da administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	(604.666)	(550.368)
Benefícios diretos e indiretos	(98.215)	(121.007)
Encargos	(265.511)	(257.838)
Provisões (13º salário, férias e bônus)	(325.288)	(351.818)
Valor total da remuneração	(1.293.680)	(1.281.031)

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

23.5 Política contábil: Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. Remuneração inclui todos os benefícios a empregados e administradores (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados), inclusive os benefícios dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Os benefícios a empregados são todas as formas de contrapartida paga, a pagar, ou proporcionada pela entidade, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados. Também inclui a contrapartida paga em nome da controladora da entidade em relação à entidade. Com o objetivo de garantir a transparência e melhores condições contratuais a entidade efetua processos de cotação com diversos fornecedores e caso seja mais vantajoso contrata as empresas do grupo para prestação de serviços. Para firmar contratos de mútuo entre as partes relacionadas a ANEEL requer que seja apresentado um benchmark de cotações de mercado em condições similares de modo a comprovar que as condições pleiteadas não irão onerar financeiramente a Companhia tomadora. Para maiores informações sobre a segregação entre curto e longo prazo dos títulos em aberto com partes relacionadas, vide nota explicativa 2.3.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 24.1, não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros (mensurados ao valor justo, exceto os saldos de caixa e bancos) da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se

pelos valores contratuais, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos mensurados pelo valor justo	Nota 6	Nota 7
Caixa e Equivalentes de caixa	17.604.192	20.912.279
Títulos e valores mobiliários	7	- 30.282.547
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota 8	Nota 8
Concessionárias e permissionárias	19.872.945	16.001.459
Contas a receber - partes relacionadas	23.1	4.883.475 5.484.571
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota 10	Nota 10
Fornecedores - terceiros	5.223.042	10.400.838
Fornecedores - partes relacionadas	23.2	1.405.295 2.153.887

24.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovadas pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumento de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo, portanto até o momento a Companhia não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros, não impactando o resultado no final do período. **c. Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2025 é:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de caixa	17.604.192	20.912.279
Contas a receber Concessionárias e permissionárias	19.872.945	16.001.459
Contas a receber de partes relacionadas	4.883.475	5.484.571
Total da exposição	42.360.612	42.408.309
Os riscos de créditos relacionados a Contas a receber - Concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE (Provisão para perda de crédito esperada) vide nota 4.5. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Moody's:		
AAA	17.481.026	17.481.026
Ba1	123.166	123.166
Total da exposição	17.604.192	17.604.192
e. Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração		

financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	Total	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores						
Terceiros	5.223.042	5.223.042	5.223.042	-	-	-
Fornecedores Partes relacionadas	1.405.295	1.405.295	1.405.295	-	-	-

24.3 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **• Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

25. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 447.346. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
SMTE020215332	PROLEC GE	Reator	06/01/2022	447.346
Total				447.346
Cronograma de vencimento				Em R\$
2026				447.346
				447.346

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Yusheng Wang
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Controladora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução: Examinamos as demonstrações contábeis da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes. As demonstrações contábeis da Companhia para o

exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de março de 2025, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. **•** Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

